

EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES¹

Telma Aparecida Teles Martins Silveira²

Angela Maria Cunha³

Elizette Silva Santos Dias Campos⁴

Hélibia Raquel de Oliveira Dias⁵

Jacira Pereira do Carmo Souza⁶

Lívia Cristina Bretta de Oliveira⁷

Maria Aparecida de Araújo⁸

Nara Lígia Pereira Cardoso⁹

Nara Núbia Gomes Pereira Evangelista¹⁰

Sarah Honório da Luz¹¹

Modalidade: Comunicação Oral

GT: Didática, Práticas de Ensino e Estágio

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar no primeiro momento a Educação Infantil no Brasil a fim de destacar seus aspectos históricos como a urbanização e a inserção da mulher no mercado de trabalho e a sistematização que envolve os termos “creche” e “jardim de infância” Relatando os movimentos e processos históricos que influenciaram a criação de leis em amparo a criança pequena e num segundo momento apresenta a educação infantil no município de Anápolis. O mesmo foi realizado com relatos de pessoas que estavam vinculadas ao processo de transição das instituições do âmbito da assistência social para instituições de educação infantil e pesquisa bibliográficas de estudiosos da educação no Brasil, demarcando os espaços em que estavam inseridas as crianças evidenciando as primeiras instituições de educação infantil oferecidas por entidades filantrópicas que no mesmo período acontecia em todo Brasil e a passagem dessas instituições da assistência social para o âmbito da educação. Informando dados atuais de atendimento as essas crianças

¹ Esse trabalho é síntese dos estudos investigativos do Grupo de Estudos em Educação Infantil do município de Anápolis numa parceria entre o Instituto Federal de Goiás e a Secretaria Municipal de Educação. Esse grupo é composto de profissionais que atuam na educação infantil: professoras, gestoras e assessoras técnicas.

² IFG/NEPIEC - teles.telma@gmail.com

³ SME-Anápolis - angelacunha57@hotmail.com

⁴ SME-Anápolis - elizettecampos@hotmail.com.br

⁵ SME-Anápolis - helbia@hotmail.com

⁶ SME-Anápolis - jacpcsouza@hotmail.com

⁷ SME-Anápolis - liwilbretta@gmail.com

⁸ SME-Anápolis - cidinhaaraujoflor.1045@hotmail.com

⁹ SME-Anápolis - naraligia07@hotmail.com

¹⁰ SME-Anápolis - naranubiagpe@gmail.com

¹¹ SME-Anápolis - sarahhluz@yahoo.com.br

na rede municipal, destacando a necessidade de ampliar o atendimento de crianças no município de Anápolis Percebe-se a necessidade de produções sobre a Educação Infantil em Anápolis a fim de contribuir para problematizar, refletir e constituir novas possibilidades para esse campo em estudo.

Palavras-chave: Educação Infantil; história; assistência e educação.¹

A Educação Infantil vem se constituindo como um objeto de investigação mais sistemático passando por transformações significativas na busca pela garantia dos direitos da criança a uma educação de qualidade socialmente referenciada no Brasil¹². Sua expansão deve-se entre outros fatores às modificações do papel da mulher na sociedade, com a sua inserção no mercado de trabalho e a intensificação da urbanização.

A Educação Infantil foi reconhecida pela Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e por fim pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 (LDBEN) no campo educacional. Nessa perspectiva o artigo 29 reconhece a educação infantil como primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Contudo, ainda é muito significativa as dificuldades que existem para a educação da criança pequena tanto em termos qualitativos quanto quantitativos, em âmbito nacional, estadual e municipal.

O trabalho foi realizado a partir de um levantamento bibliográfico e documental a fim de conhecer o processo e expansão das instituições de educação da criança pequena no município de Anápolis. Com função assistencialista para as classes menos favorecidas e jardins de infância que se centravam no aspecto pedagógico “[...] como uma estratégia mercadológica para atrair as famílias abastadas [...]” (KUHLMANN, 1998, p. 84)

Nessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo analisar a constituição da educação da criança pequena no município de Anápolis. Para tanto o artigo está dividido em dois momentos. No primeiro abordamos a Educação Infantil no Brasil, destacando os elementos históricos que a constituiu e no segundo apresentamos a Educação Infantil no município de Anápolis, demarcando a passagem da assistência para o âmbito da Educação.

¹² Os resultados de nossas próprias investigações demonstraram a necessidade de conhecermos e considerarmos a história da constituição das propostas educativas para crianças de 0 a 6 anos no Brasil, buscando a superação do descompromisso que se tem com o cuidado e a educação dessas crianças.

A Educação Infantil no Brasil: aspectos históricos

Nos últimos trinta anos a Educação Infantil vem se constituindo como um objeto de investigação mais sistemático¹. Sua expansão no Brasil e no mundo deve-se entre outros fatores às modificações do papel da mulher na sociedade, com a sua inserção no mercado de trabalho² e a intensificação da urbanização. Diversos autores – entre eles Barbosa (1997, 1999); Alves (2002); Silva (2003); Faria (1999) – apontam que essas modificações inserem-se no conjunto de fatores complexos e contraditórios presentes na organização social, com suas características econômicas, sociais e políticas. Para a Educação Infantil³ ter a importância que possui hoje, foram necessários inúmeros movimentos sociais e educacionais que buscaram o reconhecimento legal da educação de crianças de 0 até 6 anos.

A Educação Infantil, portanto, se insere num contexto contraditório, de avanços e retrocessos. Avanços no tocante ao seu reconhecimento na nova legislação brasileira, a partir das reivindicações dos movimentos populares, feministas, educadores, os quais terminaram por ser contemplados, legalizando, de fato, o reconhecimento do direito e o aumento do atendimento de qualidade. Na história da educação da criança pequena no Brasil se constituiu numa diferenciação para ricos e pobres (MARTINS, 2007).

Uma diferenciação pertinente a ser ressaltada se refere aos termos creche e jardim de infância, tratada por Kuhlmann (1999) e outros autores. A creche visava assistir a criança que ficava privada dos cuidados maternos devido à inserção das mães no mercado de trabalho, tendo como principal objetivo evitar seu abandono. Apesar de o atendimento ter em vista a criança de baixa renda, dentro da concepção assistencialista, estava implícito uma proposta de educação que se caracterizava pela formação de hábitos, comportamentos e obediência das crianças, sendo uma educação para a submissão, “[...] que pretendia preparar os pobres para aceitar a exploração social” (KUHLMANN JR., 2000, p. 8). O jardim de infância apresentava uma conotação diferente, pois pretendia exercer o papel de moralizador da cultura, transmitindo às crianças os mesmos padrões adotados em países europeus. O princípio educativo dessa instituição se centra em métodos e atividades pedagógicas voltadas para o “desenvolvimento social”, cognitivo e outras habilidades. Essa é a realidade tratada também, por OLIVEIRA (1993); MERISSE (1997); BARBOSA (1999b); HADDAD (2006).

A vinda dos europeus para o Brasil no ano de 1500 foi um momento histórico marcado por grandes tensões, de um lado estavam homens que tinham o “domínio” do

conhecimento científico e de outro, homens nativos mergulhados nas dádivas da mãe natureza sem registrar patente de suas descobertas mais incríveis. Se nos aproximarmos mais desse enredo histórico percebemos crianças em ambos os lados. Conforme nos relata Lopes (2005, p. 14) “Entre as pessoas que migram é muito comum estarem, juntas crianças que, com as famílias vivenciam as mesmas situações que irão acompanhar os adultos na busca de uma outra realidade.”

Conforme nos esclarece Kuhlmann Jr (2011), o descaso com as crianças no Brasil é proveniente de um período marcado pela violência na sua forma mais cruel, abrangendo os mais diversos aspectos: físico, moral, psicológico e sexual. Tanto as crianças quanto os adolescentes trazidos de terras tão distantes vivenciavam sofrimento dessa natureza, sendo tratados como animais, retirados de seus países de origem e levados para serem explorados como mão de obra escrava, como objeto sexual, enfim para viverem em condições subumanas.

Nas embarcações as crianças eram organizadas conforme a classe social a que pertenciam: os grumetes eram os tripulantes que pertenciam ao grupo mais sofrido, pois, eram destinados a executarem trabalho de alto risco além de serem severamente castigados e violentados. Já os pajens, geralmente de famílias médias urbanas, eram mais protegidos a bordo, cabendo a eles providenciar todo conforto possível aos oficiais da nau. Já as órfãs do Rei se deslocavam à Colônia para o matrimônio visto que, havia escassez de mulher branca para esse fim (LOPES, 2005).

Com a ampliação do domínio português às terras da colônia brasileira a população indígena foi sendo exterminada. “[...] E, junto dos adultos, as crianças sofriam com a perda do território, muitas delas não sobreviviam [...]” (LOPES, 2005, p. 20). Desde a chegada dos europeus os curumins, crianças indígenas tiveram suas vidas transformadas, pois, os padres jesuítas, por exemplo, catequizavam-nas em sua religião monoteísta.

Já os negros africanos foram trazidos para o Brasil como mão-de-obra escrava, principalmente para as áreas rurais, pois o tipo de trabalho a que eram submetidos exigia força. Assim, vieram um grande contingente de homens e um número reduzido de mulheres e crianças, como podemos evidenciar em Lopes (2005) que destaca que a ausência de crianças negras se devia ao fato de que o tráfico negreiro priorizava pessoas adultas e do sexo masculino. Para compreendermos que tipo de instituição de atendimento a crianças existia nesse período torna-se “necessário lembrar que a sociedade colonial brasileira era dividida,

basicamente, em senhores e escravos.” (MERISSE, 1997, p. 27). As escravas não tinham o direito sequer de amamentar seus filhos, pois eram obrigadas a cumprir os “trabalhos de maternagem”, amamentando os filhos das senhoras; assim as escravas acabavam sendo obrigadas a abandonar seus bebês.

Conseqüentemente o abandono era inevitável tanto por parte das escravas quanto por parte dos senhores, ao explorar a mulher índia ou negra ou das senhoras nos seus relacionamentos ilícitos. Os bebês enjeitados eram deixados “[...] em portões das casas ou jogadas em terrenos baldios, em montes de lixo [...]” (KISHIMOTO, *apud* MERISSE, 1997, p. 28)

Conforme os estudos realizados por Marcílio (1997) durante o período colonial (1500 a 1808) a Casa dos Expostos atendia as camadas mais pobres da população. Os objetivos dessa instituição era minimizar os altos índices de mortalidade infantil e assistir aos órfãos e crianças abandonadas. Nessas casas tinha uma Roda, dispositivo feito de madeira, de forma cilíndrica, dividida ao meio e fixada no muro ou na janela da instituição, onde se colocava um bebê. Rodava-se o cilindro e tocava-se a sineta, avisando que ali havia sido deixado um bebê por um expositor que saía às pressas, garantindo assim o seu anonimato. (OLIVEIRA, 2012). A Roda originou-se nos mosteiros italianos medievais e conventos, ela era um dispositivo usado para comunicar, deixar alimentos ou objetos aos seus residentes, preservando-os do contato com o mundo. No Brasil esse dispositivo foi adotado em 1726 e somente em 1950 ele foi abolido definitivamente (OLIVEIRA, 2012).

Aproximadamente com sete anos de idade as crianças acolhidas em Casas da Roda eram abandonadas nas ruas, onde perambulavam e se prostituíam. Visando reduzir esse problema, as pessoas que trabalhavam nessas instituições procuravam casas de famílias que acolhessem essas crianças (OLIVEIRA, 2012).

Antes da existência da Casa dos Expostos as crianças eram atendidas pelas Câmaras Municipais ou criadas por “famílias caridosas” que visavam utilizá-las como mão-de-obra familiar suplementar. Com a Lei dos Municípios (1828), a cidade que tinha uma Misericórdia, a Câmara transferia para essa instituição sua responsabilidade de instalação da Roda e assistência às crianças abandonadas. Assim, era a Assembléia Legislativa Provincial quem financiaria esse trabalho e não mais a Câmara, oficializando a Roda de expandir nas Misericórdias e colocando estas a serviço do Estado, perdendo dessa forma o caráter caritativo da assistência para filantropia (1887-1960) (OLIVEIRA, 2012).

No ano de 1875 é implantado no Brasil o jardim de infância, fundada no Colégio Menezes Vieira no Rio de Janeiro e só atendia as classes mais abastadas, mas o fundador desta instituição tinha uma visão que deveria abranger toda a classe social, (RICO OU POBRE), seria uma assistência as crianças negras libertas pela Lei Ventre Livre ou Lei Rio Branco, Lei Nº 2040 promulgada em 28 de setembro de 1871 e aos pobres. Após anos de lutas surge em 1896 o primeiro jardim de infância público na cidade do Rio de Janeiro, depois de três anos em (1899), é fundado um instituto de proteção e assistência à infância.

O assistencialismo científico inicia-se no século XIX é marcado pelo Movimento Higienista, os médicos que dele participaram lutaram pela abolição da Roda dos Expostos, devido o alto índice de mortalidade infantil nessas instituições (KUHLMANN JR., 1998; MERISSE, 1997). O Higienismo entendia a mãe como responsável exclusiva pela amamentação e pelos cuidados da família.

A creche era simplesmente uma alternativa para as mães trabalhadoras, era considerado um mal necessário (OLIVEIRA, 1993). Com a crescente urbanização e industrialização do país na segunda metade do século XIX ocorreu uma incorporação da mão-de-obra feminina. As mães não tinham onde deixar seus filhos para trabalharem na fábrica. “A industrialização, até certa medida, justifica a criação de instituições de cuidado, guarda, custódia, abrigo ou tutela das crianças, filhas de mulheres trabalhadoras, facilitando a liberação para o trabalho” (BARBOSA, 1999, p. 04). No século XIX com a participação da mulher no mercado de trabalho, ora como forma de combate à pobreza, na perspectiva do Estado, ora como mão de obra complementar da família, surgem as primeiras creches vinculadas aos locais de trabalho das operárias. Conforme Barbosa (2001) expõe, somente um século depois a creche deixa de ser direito da mãe trabalhadora e torna-se um direito da criança.

Logo no início do século XX a indústria admitiu mão-de-obra de imigrantes europeus. Esses trabalhadores iniciaram na década de 1920 “movimentos de protestos contra as condições de trabalho a que eram submetidos, e reivindicavam, dentre outras coisas, creches para seus filhos.” (BARBOSA, ALVES e MARTINS, 2009, p.4). Vale ressaltar que alguns fatos relevantes ocorrem em termos de governo federal a partir de 1930, no que diz respeito ao atendimento infantil (MERISSE, 1997). É durante essa década que o Estado assume responsabilidades na esfera do atendimento a infância com a criação do Ministério da Educação e Saúde.

Já na década de 1940 ocorre a criação de dois órgãos que estão ligados à área da infância: o Departamento Nacional da Criança (DNCR), este vinculado ao ministério da Educação e Saúde Pública que tinha como objetivo de atender a infância, a maternidade e a adolescência, fornecendo orientação técnica, repassando recursos aos Estados e às entidades privadas; e o Serviço de Assistência a Menores (SAM), vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, onde o atendimento era destinado à menores de 18 anos, abandonados e delinquentes. Nessa década cria-se também a Legião Brasileira de Assistência (LBA), cujo objetivo maior era proporcionar auxílio pecuniário financeiro e apoio técnico para implantação e a manutenção de centros de atendimento à criança e à mãe, numa esfera estadual, municipal e entidades não – governamentais. E ainda nessa mesma década o governo instituiu a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), onde se obriga as empresas com mais de 30 mulheres empregadas a oferecer local apropriado para guarda, vigilância e assistência aos seus filhos no período de amamentação (BARBOSA, 1999, 2008)

A década de 1950 é marcada pelo surgimento de um grande número de creches, onde o principal objetivo se caracterizava por instituições voltadas a permitir a utilização da força de trabalho feminina. Em Goiás, segundo (BARBOSA, 2008), o cenário não se diferencia dos demais estados brasileiros, pois de acordo com os Documentos da Fundação da Criança, do Adolescente e da Integração do Deficiente (Funcad-Go), faz-se perceber que apesar dos discursos dos que assumem o controle do estado, na esfera das políticas social-assistencial e educacional não se dão como prioridades nos planejamentos dos mesmos. Mantendo assim a concepção de creche como instituição de tarefa moralizadora, prestadora de favor e de doação, distanciando se da esfera de direitos. É importante aqui ressaltar o avanço dos movimentos sociais na busca de resoluções dos conflitos por parte do governo em todos os níveis, federal, estadual e municipal, favorecendo assim as políticas de expansão da educação infantil nos anos 1970 e 1980.

As décadas de 1960 e 1970 são marcadas por diversos movimentos sociais, dentre eles vale ressaltar o Movimento Feminista, que vem contribuir com importantes transformações, dentre elas novas concepções e novas práticas relativas à infância. O regime militar produz profundas mudanças na ação governamental dirigida à infância e a adolescência, que vem com um modelo de atendimento identificado como assistencialista – repressor. O final dos anos 1970 é marcado pela apresentação de novas propostas políticas, e no que diz respeito ao atendimento à criança pequena, surge em São Paulo o Movimento de

Luta por Creches. A partir desses movimentos a creche aparece como um serviço que é um direito da criança e da mulher, que oferece atendimento complementar ao oferecido pela família (MERISSE, 1997; BARBOSA, 1999; 2001).

A creche deixa de ser um direito da mãe trabalhadora e torna-se direito da criança amparado por lei. A Constituição federal de 1988 e O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei n. 8069 de 1990) amplia a visão da criança como sujeito de direitos, posteriormente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei n. 9394 de 1996) reafirma essa visão, ao considerar a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica Integrada ao Sistema de Ensino, tendo por finalidade promover o desenvolvimento integral da criança, complementando a ação da família e da sociedade. Nesse sentido a criança tem forma própria de se relacionar com o mundo físico e social o que a torna produtora de uma cultura específica

Criança: Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL, 2010, p. 12).

Nesta perspectiva apresenta-se a seguir um histórico da cidade de Anápolis e a Educação da criança pequena nesse município.

A educação da criança pequena em Anápolis

No coração do Brasil, região centro-oeste se encontra a cidade de Anápolis, com mais de 100 anos de história, sendo considerada ponto estratégico no cenário econômico do Estado de Goiás.

A cidade de Anápolis [...], teve seu desenvolvimento associado a expansão urbana do Estado de Goiás. Este se deu a partir do interesse humano pela internalização do sertão do Planalto Central, com anseios pautados em ideais de urbanização e progresso, ou seja, desenvolvimento capital calcado no trabalho e na posse material (SILVA, 2007, p. 48).

Atualmente verifica-se que o crescimento da cidade de Anápolis se estendeu em todos os segmentos sociais, com mais evidência no setor farmacêutico, com empresas nacionais e internacionais, porém o início de tudo se deu com a expansão urbana com a

estrada de Ferro no século XIX. A estrada de ferro marcou a era moderna da cidade Anapolina.

Anápolis modifica sua estrutura, redesenhando sua própria forma urbana, instaurando novas centralidades: Distrito Agro-Industrial (DAIA), Plataforma Multi Modal, Porto Seco, Base Aérea, Universidade (UEG) e faculdades (UniEvangélica, FLA, FIBRA, UVA Raízes e outra (SILVA; MELLO, 2007, p. 149)

Observar Anápolis hoje, comparando à sua origem pode-se perceber extrema evolução social, tanto no aspecto territorial como étnicos. O hibridismo cultural é evidente em todas as camadas sociais, com diferenças econômicas, culturais, religiosas dentre outras, formando como diz Silva e Mello (2007) “territórios invisíveis”. Da passagem dos tropeiros pela cidade em busca de ouro no século XVIII, a crença de Dona Ana das Dores, mãe de Gomes de Souza Ramos de que a imagem de uma Santa desejava ficar em terras anapolinas ao século XXI recheado de novas tecnologias muitos acontecimentos importantes marcaram Anápolis.

No aspecto econômico, Anápolis teve quatro momentos. E segundo Polonial (2007) O primeiro em 1870, até a primeira década do século XX. Com o destaque para a economia rural, com a criação de gado. O segundo momento delimitado entre a década de dez até a década de trinta, como incremento de economia de agricultura comercial. O terceiro momento entre a década de 30 e 60, Anápolis se transformou em um centro atacadista do Centro-Oeste. E também teve grande contratação de mão de obra para a construção da futura capital do país. O quarto momento se delimita entre a década de sessenta até os dias atuais com a criação da (AIA) Associação Industrial de Anápolis em 1958, a construção da Base Aérea de Anápolis em 1973, e a inauguração do (DAIA) em 1976. Nesses quatro momentos o destaque maior foi para a grande quantidade de imigrantes, conforme dados do IBGE. Anápolis teve a maior porcentagem em 1930 com 422 imigrantes, correspondendo, 22,76% superando a capital goiana. A evolução populacional de Anápolis entre 1872 e 2012 foi de 3000 habitantes, para 342.347, com 230.225 eleitores.

Gomes de Sousa Ramos foi um dos fundadores de Anápolis mudou-se de Bonfim para o lugarejo que mais tarde seria a Freguesia de Santana das Antas. Veio atraído pela fertilidade da terra e pelo clima. Gomes de Sousa Ramos iniciou a construção da capela nos primeiros meses do ano de 1871. A 3 de novembro do mesmo ano, foi designado capelão, o padre Francisco Inácio da Luz. Era um passo importante para o desenvolvimento demográfico

e político do lugar, pois em 1872, esse padre redigiu um documento pedindo a elevação da povoação à categoria de Freguesia.

Nos preparativos para a instalação da Vila, os antenses formaram a sua primeira Junta Administrativa, em fevereiro de 1892, escolhendo para presidi-la, o coronel José da Silva Batista. E através de eleições, em 1893 o povo antense escolheu o primeiro intendente Lopo de Sousa Ramos, e o primeiro conselho municipal foi formado por Antônio Crispim de Sousa, Teodoro da Silva Batista, Vicente Gonçalves de Almeida, Floro Santana Ramos, Antônio Batista Arantes e Modesto Sardinha de Siqueira. Já contando com autonomia administrativa e base territorial, a Vila de Santana das Antas foi elevada à categoria de cidade pelo Decreto-Lei 320, assinado pelo então presidente do estado de Goiás, Miguel da Rocha Lima, passando a ser denominada de Anápolis (que significa Cidade de Ana) a partir de 31 de julho de 1907, sendo considerada esta a data de comemoração do aniversário da cidade.

A educação em Anápolis se consitui na relação com sua própria história de construção e de consolidação. Evidenciamos nos estudos realizados por Borges (2011), em que realizou em cartórios, documentos e nos primeiros jornais, a educação inicia-se com a aula de primeiras letras¹³ em 1873 para adultos do sexo masculino, no período noturno, só em 1891 iniciam-se as aulas para a população do sexo feminino. Em 1926, considerando o crescente número de crianças em idade escolar foi criado o primeiro grupo escolar¹⁴, denominado de Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado, o grupo atendia cerca de 180 alunos de ambos os sexos, em 1930, com a queda do governador, a escola passou a se chamar “Grupo Escolar 24 de Outubro”, homenageando a democracia instalada em todo o país. Após alguns anos, o prédio do grupo já não comportava o número de alunos sendo necessária a mudança para outro local, o lugar escolhido foi uma parte mais central da cidade e novamente foi mudado o nome para Grupo Escolar Antesima Santana, homenagem a uma professora que faleceu precocemente, a escola funciona até os dias atuais, tendo seu prédio tombado pelo Patrimônio histórico da cidade.

Escola de Pedro Baio, que funcionava em uma residência e oferecia até o 3º ano primário. Segundo pesquisas nos materiais publicados sobre as escolas da cidade neste período, se percebe a falta de dados quanto às escolas publicas de ensino primário o que nos leva a concluir que o ensino nesse nível se dá, em sua maioria, via escola privada, ou seja, um

¹³ Nesse período ainda não havia o termo escola, mas sim, aulas.

¹⁴ Ensino primário em turmas seriadas com duração de quatro anos.

ensino voltado para a elite, devido ao grande número destas instituições instaladas em nossa cidade.

Até o ano de 1925, a cidade contava apenas com estas escolas primárias, quando terminavam os estudos, os jovens tinham duas opções, interromperem seus cursos ou irem para a capital, em regime de internato. Para suprir essa necessidade, em 27 de fevereiro deste mesmo ano é fundada uma escola secundária cuja denominação era Instituto de Ciências e Letras, nele ministrava-se o curso primário, o complementar (2 anos) e o normal (4 anos), em 1927 o curso normal foi equiparado ao curso normal oferecido pelo Estado. Em 1931 é fundada a Escola Normal de Anápolis que vem substituir o Instituto de Ciências e Letras. A escola Normal funcionou até 1937, após um trabalho de convencimento e interesses de alguns cidadãos anapolinos em ter uma escola que não fosse mista e que suas filhas recebessem junto com a instrução, a educação religiosa, (TOSCHI; ANDERI, 2007). Em Anápolis o ensino acontecia na contramão da tendência nacional, onde o Manifesto dos Pioneiros propunha uma educação mista e de cunho não religioso, a educação aqui foi entregue para atender os interesses pessoais, quando na verdade deveria haver um consenso com a comunidade envolvida no processo. A escola passou a chamar Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora¹⁵ e em 1943 passou a se denominar Ginásio Auxilium.

Os homens não tinham uma escola de ensino secundário para frequentar, foi então que se criou em 1939 o Ginásio Municipal Salesiano de Anápolis, e em 1942 mudou o nome para Ginásio Arquidiocesano Municipal de Anápolis (GAMA). No final de 1944, o ginásio foi vendido aos Beneméritos Frades Franciscanos, onde em 1951, passou a ser Colégio São Francisco de Assis.

Novamente Anápolis depara com a falta de escolas, desta vez, secundárias para os alunos menos abastados, até o ano de 1948 não havia possibilidade do jovem sem condições de pagar uma escola, prosseguir com os estudos. Percebendo essa necessidade, em 30 de junho de 1948 é criado o Ginásio Municipal de Anápolis, que passou, em 1955, a ser instituição do Estado, se denominando Colégio Estadual de Anápolis, e em 1958, novamente mudando o nome para Colégio Estadual Ludovico de Almeida, que atende a população até os dias atuais. Em 1955, os padres franciscanos fundaram o Ginásio Santana, escola exclusivamente feminina e gratuita às pessoas sem condições financeiras. No final do ano de 1957 foi aprovado o projeto de criação de uma escola normal na cidade, no ano seguinte

¹⁵¹⁵ Ferreira (2011) comenta que no período noturno, funcionava nesta instituição o curso primário gratuito para as meninas pobres.

começa a funcionar a Escola Normal Professor Faustino¹⁶ que contribuiu para a formação de professores primários de Anápolis e região. O curso superior chega aos professores em 1960, pela Associação Educativa Evangélica cria a Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão, com os cursos de Pedagogia, Letras, Matemática, História e Geografia. Em nossos estudos notamos que o ensino superior se materializa em Anápolis via instituições privadas, para haver uma formação o estudante novamente teria que sair da sua cidade ou então despende de seus honorários para adquirir uma formação superior. A licenciatura pública chega só em 1986, através da então Faculdade Ciências Econômicas de Anápolis (FACEA), hoje Universidade Estadual de Goiás.

A respeito da educação infantil no município de Anápolis, Ferreira (2011) registra que o primeiro jardim de infância denominado Jardim de D. Tarcila, foi fundado em 1943. Outro estabelecimento iniciado em 1952 foi a Escolinha de Dona Lena, que funcionou até 1979, ambos particulares. Neste mesmo período, surgem instituições de caráter filantrópico, tem-se a fundação da Casa da criança que teve seu início em 1957, atendendo as mais variadas idades¹⁷. Também há registro do início do Patronato Madre Mazzarello, que atendia a princípio, meninas órfãs, por volta do ano de 1955, o trabalho era realizado pelas irmãs salesianas, em 1987, a instituição deixa de atender em caráter de internato e passa atender crianças e adolescentes em modo de semi-internato, hoje é uma escola conveniada de Anápolis.

Em 1967 foi fundada a Aliança Municipal Espírita de Anápolis com o intuito de incentivar a doutrina espírita nas áreas da infância e juventude, apesar de o movimento ter sua organização registrada desde a década de 1920, a comunidade espírita teve significativa contribuição no âmbito da assistência, dentre os trabalhos desenvolvidos na cidade estão:

- Lar Espírita de auxílio a Velhinhos;
- Creche Espírita de Anápolis (assistência às mães pobres na educação dos filhos);
- Lar da Criança “Humberto de Campos” (abrigo de crianças órfãs);
- Escola “Bezerra de Menezes” e o departamento de Assistência à infância;
- Casa da Criança de Anápolis (assistência à criança, algumas em regime de internato)

De acordo com a informação do Conselho Municipal de Assistência Social a realidade delas hoje é a seguinte: A instituição lar Espírita de auxílio aos velhinhos não possui

¹⁶ A escola normal funcionou até o ano de 2006, pois a cidade já contava com três universidades que oferecia o curso de formação de professores em nível superior.

¹⁷ De acordo com Humberto Borges Crispim (2011), não há registros do número de crianças atendidas.

documentação no Conselho Municipal de Assistência Social não constando data do seu fechamento. A creche Espírita de Anápolis teve seu fechamento no ano de 2007, não possuindo registro do dia e mês do fechamento. O Lar da Criança Humberto de Campos atende atualmente, crianças no contraturno escolar e é não mais abrigo de crianças órfãs. A Escola Bezerra de Menezes oferece ensino fundamental até a 6ª série, cursos de artesanatos e palestras para comunidade, possuindo registro no conselho de Assistência Social para receber auxílio financeiro. A Casa da Criança de Anápolis está atualmente atendendo crianças de creche e pré-escola com autorização de funcionamento provisório no Conselho Municipal de Assistência Social.

Como podemos evidenciar as primeiras instituições gratuitas de educação da criança pequena em Anápolis foram implantadas por entidades de natureza filantrópica, o que acontecia nesse mesmo período no Brasil, essa tendência acompanhou a implantação de creches e jardins de infância, no final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX no país. Havia a concepção médico-higienista, que tinha por objetivo combater a mortalidade infantil, a jurídico-policial, de combater a criminalidade e a influência religiosa, que teve o intuito de melhora social e espiritual, de fato, cada instituição “[...] apresentava as suas justificativas para a implantação de creches, asilos e jardins de infância onde seus agentes promoveram a constituição de associações assistenciais privadas” (KUHLMANN Jr., 1998, p. 88). Vemos que a educação da criança pequena pobre estava situada no âmbito da assistência que perdura por um longo tempo.

As mudanças sobre a educação da criança pequena em Anápolis vão mudar a partir da década de 2000. Isso se deveu ao fato das lutas históricas empreendidas na década de 1980 com as diferentes mobilizações pela democracia, pela garantia dos direitos sociais inclusive pelo direito à educação das crianças pequenas em instituições educacionais. Isso se evidenciou na aprovação da constituição federal de 1988 que apresenta em síntese a conquista do campo da educação da criança pequena que institui a educação infantil como a primeira etapa da Educação Básica. Conforme informações do Conselho Municipal da em Anápolis até o ano de 2002 tinham oito instituições que atendiam crianças de 0 a 6 anos no âmbito da assistência social, sendo elas:

- CMEI Jandira Bretas inaugurada em 02 de agosto 1986.
- CMEI Dona Íris Araújo Rezende de Machado, inaugurada em maio 1988.

- CMEI Maria Capuzzo Cremones, inaugurada em outubro 1986.
- CMEI Gracinda Maria da Silva, inaugurada em 18 de setembro 1989.
- CMEI Professora Rettie Tipple Batista, inaugurada em fevereiro de 1990.
- CMEI José Epaminondas Roriz, inaugurada em 01/06/86.
- CMEI Cibele Teodoro Telles, inaugurada em 1987.
- CMEI Desembargador Air Borges de Almeida, inaugurada em 1991.

No ano de 2002 a Secretária Municipal de Educação assume a Educação Infantil e cria o Departamento de Educação Infantil, porém só foi reconhecido oficialmente em 02/04/2003 que incorporou as 8 (oito) instituições que estavam ligadas à Assistência Social.

O Plano municipal de Educação (PME) do município de Anápolis se constitui também como um documento que traz em cena a Educação Infantil, definindo concepções e finalidades acerca dessa etapa da Educação básica, como propunha a LDB\1996, sendo elaborado em atendimento a Lei Federal de número 10.172 no ano de 2006. O documento em consonância com a legislação nacional e estadual destaca a educação infantil como direito da criança, sem qualquer tipo de distinção. Traz também a ideia de que o cuidar e o educar são elementos indissociáveis na promoção do desenvolvimento integral das crianças.

O PME de Anápolis traz oito metas para a Educação exigindo a adequação das unidades num prazo de 03 anos após a aprovação. Exigia-se também que para atuar na educação infantil o profissional deveria ter formação conforme preconizava a LDB\1996. Importa destacar segundo relato de um membro do Conselho municipal de Educação que foram realizados concursos para provimento de vagas para professores e auxiliares de educação, a fim de substituir gradativamente os servidores da assistência Social no ano de 2003, ano da transição da Assistência Social para a Secretaria Municipal de Educação, convivendo nesse período, portanto com profissionais sem habilitação específica.

De acordo com o censo demográfico 2010 (IBGE), o município de Anápolis possui 28.754 (vinte oito mil, setecentos e cinquenta e quatro) crianças de 0 a 5 anos. A população residente frequente em creche ou escola pública e privada de 0 a 5 anos é de 6.683 (seis mil, seiscentos e oitenta e três) crianças. Sendo assim o município possui 22.071 (vinte e duas mil e setenta e uma) crianças fora das unidades escolares de educação infantil, tendo 2.742 crianças registradas na fila de espera, conforme dados da Inspeção Escolar Municipal.

De acordo com informações repassadas pela Gerência de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de Anápolis, que tem como função acompanhar e orientar

as instituições públicas e privadas que oferecem educação às crianças menores de 6 anos; no ano de 2013 encontram em funcionamento 16 (dezesesseis) CMEIs, 11(onze) CEIs e 03 (três) Escolas (pré-escola) e o departamento de educação infantil, atendendo 3.420 crianças.

Considerações finais

Um dos objetivos desse trabalho foi realizar um estudo sobre a história da Educação da criança pequena no Brasil e em Anápolis e seu desenvolvimento educacional no século XX. Conforme a Constituição Federal de 1988 a Educação é direito de todos e dever do Estado, porém, o município de Anápolis ainda não oferece a quantidade de vagas suficientes para atender a todas as crianças que delas demandam. Destacamos ainda que a proposta educacional do município para a educação infantil cumpre as Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil, no quesito da indissociabilidade entre o cuidar e o educar. Destaca-se também a necessidade de mais produções sobre o campo da educação infantil no município de Anápolis a fim de compreender como tem se constituído e organizado o mesmo, após as diferentes legislações que orientam e determinam normas de organização e funcionamento das instituições de Educação Infantil.

Referências

ANÁPOLIS. PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. LEI Nº2.822,de 28 de Dezembro de 2001.

BARBO, Ivaldete de Paula P. *O despertar da consciência ambiental: um diagnóstico das práticas de educação ambiental formal no ensino público de Anápolis, Goiás*. Anápolis, 2009.

BARBOSA, Ivone G. *A educação infantil: perspectiva histórica, lutas e necessidades*. Goiânia: FE/UFG, 1999 (digitado). 10 p.

_____. *Infância e _educação em direitos humanos*. Goiânia: FE/UFG, 2001. (impresso) 10p.

BARBOSA, Ivone Garcia. *Das políticas contraditórias de flexibilização e de centralização: reflexões sobre a história e as políticas da educação infantil em Goiás*. Goiânia, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/view/5273/4690>. Acesso em jun de 2013.

BORGES, Humberto Crispim. *História de Anápolis*. Goiânia: Cerne, 2011.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado Federal: Centro Grafico,1988.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Índice elaborado por Edson Seda. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1994.

BRASIL. Senado Federal. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*: nº 9394/96. Brasília: 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: MEC| SEF, 1998.

CERISARA, Ana Beatriz. *Professoras de Educação Infantil: Entre o Feminino e o Profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.

Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino, III EDIPE, 2009, Anápolis.

BARBOSA, Ivone. G.; ALVES, Nancy. Nonato. L.; MARTINS, Telma. A. T. *A Educação Infantil e a Formação de Seus Profissionais: Um Olhar Crítico*.

FERREIRA, Haydée Jayme. *Anápolis, sua vida, seu povo*. Anápolis, Kelps, 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010.

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em junho de 2013

KULMANN JR, Moisés. Infância e História da Educação. In: __ *Infância e Educação Infantil: Uma Abordagem Histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KUHLMANN, M. *Educando a Infância Brasileira*. In. LOPES, E.M.T. ;FARIA FILHO, L.M.; viera, c.g.(Org). Belo Horizonte: Editora Autêtica, 2000, 606p.

MERISSE, Antônio. Origens das Instituições de Atendimento à Criança pequena: O Caso das Creches. In: __ *Lugares da Infância: Reflexões sobre a História da Criança na Fábrica, Creche e Orfanato / Antônio Merisse [et al.]* São Paulo: Arte & Ciência, 1997.

MARCILIO, Maria Luiza. Amas - de - Leite Mercenárias e Crianças Expostas no Brasil Oitocentista. In: RIZZINI Irene (org.). *Olhares sobre a Criança no Brasil. Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Ed. Universitária, 1997.

OLIVEIRA, Livia Cristina Bretta de. *A Relação Professora-Criança Na Educação Infantil: Uma Perspectiva Walloniana/ Livia Cristina Bretta de Oliveira*. -2012. 35f.

POLONIAL, Juscelino Martins. *História e Educação Básica*. O centenário, Anápolis, set.2006.

POLONIAL, Juscelino, *Introdução à história de Anápolis*, 2007.

SAYÃO, Deborah Thomé. *A construção de identidade e papéis de gênero na infância: articulando temas para pensar o trabalho pedagógico da educação física infantil*. In: Revista Pensar a Prática. UFG, 2002.

SILVA, Margarida do Amaral. *Patrimonialização cultural em Anápolis: identidade cultural e memória sob telhas e sobre trilhos*. In: TOSCHI, Mirza Seabra. 100 anos: Anápolis em pesquisa. Goiânia, 2007.

SILVA, Mary Anne Vieira; MELLO, Wandir. Anápolis e os Territórios Invisíveis. In: TOSCHI, Mirza Seabra. *100 anos: Anápolis em pesquisa*. Goiânia, 2007.

TOSCHI, Mirza Seabra; ANDERI, Eliane Gonçalves Costa. *História da educação em Anápolis: questões de gênero e classe social*. Disponível em:

http://www.museuvirtual.ueg.br/conteudo/textos/historia_da_educacao_em_anapolis.pdf.
Acesso em fev de 2013.

TOSCHI, Mirza Seabra; ANDERI, Eliane Gonçalves Costa. *História da formação de professores de Anápolis e a organização política enquanto categoria profissional*. Anápolis, 2007. Disponível em:
<http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/208/170.doc>. Acesso em: fev de 2013.